

Congresso decidirá sobre corte de R\$ 1,2 bilhão no Orçamento

Como votação de parecer preliminar da lei orçamentária do ano 2000 já aconteceu, Poder Executivo não pode mais alterar ou enviar uma nova proposta. Valor compensará metade das perdas de receitas com derrota no Supremo

Caberá à Comissão Mista de Orçamento definir como e onde serão feitos os cortes de R\$ 1,2 bilhão da proposta orçamentária do ano 2000, necessários após as recentes decisões do STF que impediram a cobrança previdenciária de servidores inativos e o aumento da contribuição dos ativos.

PÁGINA 3



Integrantes da comissão mista aprovaram por unanimidade o relatório preliminar do deputado Carlos Melles, ao lado do senador Gilberto Mestrinho (C)

Plenário votou 15 matérias nesta semana

Quinze matérias foram apreciadas pelo plenário do Senado na semana de trabalho que termina hoje. Entre os projetos aprovados está emenda constitucional que amplia e fortalece os poderes das comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

PÁGINA 4

CPI do Judiciário convida dois desembargadores para depor

PÁGINA 2

Ministros vão analisar relatório da dívida rural

PÁGINA 2

FINANCIAR EMPREGOS, SAÍDA CONTRA A POBREZA



Senador Alberto Silva expôs sua proposta para que nordestinos enfrentem e superem as dificuldades causadas pela seca

PÁGINA 5

Cândido credita problema da fome ao capitalismo



Cândido criticou "desmonte de políticas públicas"

Dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) comprovam que deve-se creditar o problema da fome ao sistema capitalista. A avaliação é do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), que considerou estereotipados os números apresentados pela FAO, segundo os quais, 840 milhões de pessoas têm suas vidas comprometidas pela fome e desnutrição.

O senador alertou para o fato de a própria FAO demonstrar, no entanto, que a população mundial produz o suficiente para matar a fome dos 6 bilhões de habitantes do planeta e ainda gerar um excedente de cerca de 30% de alimentos. "O capitalismo é o caminho para a barbárie", opinou o senador, citando frase da revolucionária socialista alemã Rosa de Luxemburgo, para ressaltar que, no país, a situação foi agravada pela política neoliberal implementada pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

— O projeto levado a cabo pelo governo FHC, com o desmonte das políticas públicas do Estado e a redução do investimento nas áreas sociais, tem agravado ainda mais as desigualdades, fazendo do Brasil o campeão de má distribuição de renda — criticou.

Geraldo Cândido afirmou que a solução do problema da fome não depende apenas da mudança do modelo econômico vigente, mas também de um novo projeto para o país, que assegure a geração de emprego, salários decentes, saúde, educação e habitação.

Para o parlamentar, este projeto é possível e, neste sentido, divulgou o programa de emergência da Marcha Popular pelo Brasil, que caminhou 1.480 quilômetros, a partir do Rio de Janeiro, chegando a Brasília na quinta-feira. Está prevista no programa a implementação de um programa maciço de investimentos para apoiar a pequena e a média empresa e para a construção de casas populares.

Dois magistrados de MT serão ouvidos

Comissão decide convidar Athaíde Monteiro da Silva e José Geraldo Rocha Barros Palmeira para esclarecer denúncias sobre venda de sentença e favorecimento a traficante de drogas

Os senadores da Comissão Parlamentar de Inquérito que está apurando denúncias de irregularidades no Poder Judiciário aprovaram requerimento apresentado pelo senador Carlos Wilson (PPS-PE), convidando dois magistrados do Tribunal de Justiça de Mato Grosso a prestar esclarecimentos à CPI, em data ainda a ser marcada. Deverão ser ouvidos os desembargadores Athaíde Monteiro da Silva e José Geraldo Rocha Barros Palmeira.

O desembargador Athaíde Monteiro deverá prestar esclarecimentos sobre os depoimentos dos advogados Elarmin Miranda e Marco Aurélio Rodrigues Ferreira, que afirmaram à CPI que o empresário Josino Pereira Guimarães teria intermediado a venda do resultado de uma sentença, apresentando-se como assessor de magistrados do TJMT, entre eles,



Athaíde Monteiro.

Elarmin informou ainda que, do seu escritório de advocacia em Cuiabá, Josino Guimarães teria telefonado para uma pessoa, a quem teria tratado por desembargador Athaíde, e conversado sobre a venda do resultado do julgamento. Josino esteve esta semana na CPI, mas, amparado por um *habeas corpus* concedido pelo

Supremo Tribunal Federal, se recusou a prestar qualquer esclarecimento.

O desembargador Geraldo Palmeira deverá depor sobre informações prestadas pelo juiz alagoano Daniel Antonio Souza Accioly, que contou aos senadores da CPI que o magistrado mato-grossense teria intercedido junto a ele com o objetivo de viabilizar a transferência para a comarca onde Daniel era juiz, Atalaia (AL), de Maria Luíza Almirão dos Santos, condenada por tráfico de drogas.

Direitos de depoentes são respeitados, diz Tebet

O presidente da CPI do Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), julgou desnecessário o empresário Josino Pereira Guimarães ter requerido, por intermédio dos seus advogados, um *habeas corpus* ao Supremo Tribunal Federal, antes de comparecer à comissão. O senador lembrou que a própria Constituição garante o direito de qualquer depoente permanecer em silêncio, diante de perguntas que possam comprometer-lo.

— O Brasil inteiro pode comprovar,

através das transmissões da TV Senado, que nenhum depoente que compareceu à CPI do Judiciário esteve ameaçado em seus direitos. Mas isto não quer dizer que a CPI deixará de tomar as medidas legais, se por acaso forem tomadas atitudes que mereçam uma ação de acordo com a lei — registrou Tebet.

Sobre a alegação dos advogados de Josino, de que o empresário teria optado por permanecer em silêncio devido ao estresse causado pelas acu-

sações que vem sofrendo, Tebet lembrou que a CPI, mesmo sem exigir atestado médico, tem adiado depoimentos sempre que é feita solicitação neste sentido.

Josino Guimarães, que se negou a prestar qualquer informação à CPI na quarta-feira, foi acusado pelos advogados Elarmin Araújo e Marco Aurélio Rodrigues Ferreira de ter intermediado a venda do resultado de uma sentença, apresentando-se como assessor de magistrados do TJMT.



Tebet lembrou que direito ao silêncio é protegido pela própria Constituição

Fogaça prevê continuidade da negociação de dívidas rurais

O senador José Fogaça (PMDB-RS) informou na noite de ontem que, mesmo com o encerramento dos trabalhos da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.918 — que trata do alongamento de dívidas originárias de crédito rural — sem a votação do seu parecer, prosseguirá a negociação com o governo até o dia 19, quando o Congresso deverá deliberar sobre o assunto.

Fogaça disse que os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e da Agricultura, Pratinde Moraes, solicitaram um prazo até aquela data porque não tiveram oportunidade de analisar a minuta do projeto de lei de conversão e fazer os cálculos necessários, devido ao "envolvimento integral" do governo com a questão da Previdência. Explicou que o projeto tem caráter meramente autorizativo.

O relator da MP afirmou que a concessão desse prazo foi a decisão mais acertada, pois garantirá a realização



José Fogaça prevê que o Congresso Nacional deverá tomar uma decisão a respeito do tema até o dia 19

de trabalho sério, consistente e politicamente equilibrado, uma vez que o governo poderá assumir o prejuízo do Banco do Brasil.

Dentre as medidas consideradas essenciais para o alongamento da dívida

dos agricultores, José Fogaça destacou a securitização, a possibilidade de as cooperativas subdividirem o valor da dívida entre os cooperativados, carência de dois anos para começar o pagamento e a redução da taxa de juros.

TV Senado debate direitos da criança

Os 40 anos da Declaração dos Direitos da Criança, proclamada no dia 20 de novembro de 1959 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, são o tema do programa *Debate* da TV Senado, que vai ao ar na terça-feira, às 9h, 13h30 e 21h30. Participam do programa a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) e o representante do Unicef, Jair Grava.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 8 DE OUTUBRO DE 1999

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÃO

9h - Subcomissão do Cinema Brasileiro
Audiência pública "Povo do Cinema"
Convidados: Adriana Rates (exibição); Roberto Farias (produção); Nelson Pereira dos Santos (direção); Maria Dora Mourão (Escola de Cinema da USP); Gustavo Dahl (legislação) e Marcos M. Marins (CinemaBrasil - Internet). *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso definirá cortes no Orçamento de 2000

Apesar da disposição da equipe econômica de promover redução nas despesas de R\$ 1,2 bilhão, o Poder Executivo não pode mais alterar sua proposta original após a aprovação pela Comissão Mista de parecer preliminar do deputado Carlos Melles

A Comissão Mista de Orçamento é que determinará onde serão cortados R\$ 1,2 bilhão na proposta orçamentária para o ano 2000. Este é o valor estabelecido pelo Poder Executivo para compensar a redução de receitas previstas para o próximo ano, em consequência da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que impediu a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores aposentados e o aumento da alíquota dos servidores ativos.

A deliberação foi tomada ontem, a partir da divulgação de uma nota conjunta do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que fixou o valor de R\$ 1,2 bilhão nos cortes a serem feitos na rubrica "Outros Custeios e Capital". Como a comissão votou, mesmo assim, o parecer preliminar do Orçamento para o ano 2000, do Carlos Melles (PFL-MG), a opção sobre os cortes caberá à comissão, pois o Executivo não pode alterar a proposta orçamentária a partir da aprovação do parecer preliminar, conforme estabelece a Resolução nº 2, de 1995, do Congresso Nacional.

O relator do projeto de orçamento leu a nota do governo durante reunião da comissão. De acordo com o texto, é preciso definir medidas compensatórias para assegurar a obtenção do resultado primário de 2,56% do PIB em 2000. Além do corte de R\$ 1,2 bilhão, o governo anunciou que editará medida provisória para eliminar a possibilidade de compensação do adicional de 1% da Cofins em relação à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A rubrica orçamentária "outros custeios e capital" inclui praticamente todos os investimentos e gastos com a manutenção da máquina administrativa, merenda escolar, educação, saúde, universidades etc. Antes da votação do parecer preliminar do relator (*ver matéria*), o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG) propôs o adiamento dessa deliberação por uma semana, até que o próprio Executivo enviase uma mensagem definindo onde serão feitos os cortes orçamentários.

A proposta foi derrotada e, em seguida, os parlamentares aprovaram o parecer do relator. Na opinião de Sérgio Miranda, o Congresso acabará arcando com o ônus dos cortes, mas Carlos Melles ponderou que o Legislativo não está assumindo sozinho essa responsabilidade, pois está em parceria com o Executivo. Melles observou que a própria nota conjunta dos dois ministérios diz que os cortes nos gastos orçamentários serão implementados a partir de uma "interlocução" entre o governo e a Comissão de Orçamento, "preservando os programas e investimentos sociais".

Para o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), a tarefa faz parte dos encargos da Comissão de Orçamento e os cortes serão feitos a partir de diálogo com a área econômica do governo.



A Comissão Mista de Orçamento deverá ter uma "interlocução" com o governo, segundo nota da equipe econômica, sobre as mudanças na proposta orçamentária

Comissão acolhe relatório preliminar por unanimidade

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem, por unanimidade, o parecer preliminar do deputado Carlos Melles (PFL-MG) sobre a proposta de Orçamento para o ano 2000. O parecer do relator, que recebeu 151 emendas, prevê que o governo terá no próximo ano uma receita de R\$ 229,21 bilhões, enquanto a despesa ficará em R\$ 200,75 bilhões.

Da receita total, R\$ 159,47 bilhões virão de impostos e contribuições sociais e R\$ 52,98 bilhões da arrecadação líquida da Previdência Social. Já as despesas incluem gastos de R\$ 62,95 bilhões com a Previdência, R\$ 51,93 com pessoal e encargos sociais e R\$ 25,82 bilhões com juros reais.

O relator informa em seu parecer preliminar que a conta de juros prevista está baixa, entre outras coisas, porque o governo se baseia em projeções econômicas "muito favoráveis", incluindo juros reais médios de apenas 6,9% no ano que vem. Neste ano, o gasto com juro real previsto é de R\$ 73,29 bilhões.

O Orçamento prevê que o estoque da dívida pública federal chegará a dezembro do ano 2000 em R\$ 553,76 bilhões, sendo R\$ 440,27 bilhões de dívida interna e R\$ 113,48 bilhões de endividamento externo. O projeto de lei do orçamento autoriza o governo a refinarar no ano que vem R\$ 643,9 bilhões de sua dívida. Alguns títulos são de curto prazo e têm de ser negociados no mercado

duas vezes no ano, fazendo com que o valor refinanciado seja maior que o valor da dívida.

Durante a análise do parecer preliminar, os parlamentares debateram a queda dos gastos orçamentários, particularmente nas áreas de pessoal e encargos sociais e de benefícios previdenciários. No Orçamento para o próximo ano, estas despesas totalizam 4,83% do PIB, con-

compatível com o rigoroso programa econômico que vem sendo implementado desde fins de 1998 – disse o relator em seu parecer aprovado pela comissão. Ele acrescenta que, para o ano 2000, os principais parâmetros que balizam a proposta orçamentária, segundo a mensagem do Executivo, são: taxa média de câmbio de R\$ 1,80, taxa nominal média anual de juros de 13,4% e taxa real de 6,9%, taxa de inflação (IGP-DI) de 6,1%, taxa real de crescimento do PIB de 4% e nominal de 10,3%.

Esse cenário, de acordo com o relator, foi considerado factível por diversos especialistas, mas o deputado considera necessário estar atento para a pressão sobre o balanço de pagamentos, oriunda do crescimento do PIB, o que provocaria uma desvalorização do real superior ao que está sendo estimada na proposta do governo.

– A desvalorização cambial, por sua vez, influenciaria o índice de preços no sentido da alta, levando o Banco Central a aumentar a taxa de juros para conter a inflação. Ou seja, em um quadro de crescimento relativamente rápido e com câmbio flutuante, poderá haver dificuldades em manter baixas, simultaneamente, as taxas de inflação, de câmbio e de juros, a menos que ocorra a tão esperada retomada das exportações, com impacto positivo na balança comercial – alertou o relator.

– A desvalorização cambial, por sua vez, influenciaria o índice de preços no sentido da alta, levando o Banco Central a aumentar a taxa de juros para conter a inflação. Ou seja, em um quadro de crescimento relativamente rápido e com câmbio flutuante, poderá haver dificuldades em manter baixas, simultaneamente, as taxas de inflação, de câmbio e de juros, a menos que ocorra a tão esperada retomada das exportações, com impacto positivo na balança comercial – alertou o relator.

O parecer preliminar sobre a proposta de Orçamento da União para 2000 prevê:

Receita:	Despesa:	Superávit primário:
R\$ 229,2 bilhões, equivalentes a 21,34% do PIB	R\$ 200,7 bilhões, equivalentes a 18,69% do PIB	R\$ 28,5 bilhões, equivalentes a 2,65% do PIB

Para compensar a perda de receita decorrente da proibição do Supremo Tribunal Federal de aumentar a contribuição dos servidores ativos e de cobrar contribuição dos inativos, o governo pretende promover um

corte de despesas de **R\$ 1,2 bilhão**

tra 5,07% no Orçamento de 1999. Quanto aos benefícios previdenciários, a despesa prevista é de 5,86% do PIB, contra 5,97% no Orçamento deste ano.

De acordo com o que ficou estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2000, o governo federal tem como meta a obtenção de um superávit primário de 2,65%. A proposta orçamentária, de acordo com o deputado Carlos Melles, estimou um resultado operacional positivo (computados os juros reais) de 0,25% do PIB. O superávit primário estabelecido pelo Executivo, observou, corresponde a R\$ 28,5 bilhões.

– A política fiscal implícita na proposta orçamentária para o ano 2000 é

CAS apreciará empréstimo junto ao BID

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) apreciará no dia 20 o pedido do governo federal para autorização de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor equivalente a US\$ 2,2 bilhões. Esse pedido deveria ter sido examinado ontem, mas o presidente da comissão, senador Osmar Dias (PSDB-PR), concedeu vista coletiva da matéria.

Assim, o pedido de autorização de crédito, que recebeu parecer favorável do senador Antero Paes de

Barros (PSDB-MT), ficará à disposição dos senadores da CAS para ser analisado. O empréstimo, que é parte do Programa de Apoio Financeiro Internacional ao Brasil, será destinado ao Programa de Reforma e Proteção Social, segundo o governo. A matéria será examinada também pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O empréstimo está sendo examinado pela Comissão de Assuntos Sociais por solicitação da senadora Heloísa Helena (PT-AL).

Aprovados créditos suplementares no valor total de R\$ 25 milhões

A Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Gilberto Messtrinho (PMDB-AM), aprovou ontem três créditos suplementares ao orçamento fiscal e da seguridade que está sendo executado neste ano, no valor global de R\$ 25,03 milhões.

O maior deles, de R\$ 12,86 milhões, será destinado ao reforço das dotações dos ministérios da Educação, Previdência e Assistência Social, Trabalho, Cultura e Esporte e Turismo. Para fazer face a essa suplementação, o projeto de lei, de autoria do Executivo, propôs cancelamentos de dotações nas próprias unidades orçamentárias e na reserva de contingência, indicando também recursos provenientes do excesso de arrecadação, de acordo com o relator da matéria na comissão, senador Wellington Roberto (PMDB-PB).

O segundo crédito suplementar aprovado foi para o Ministério do Meio Ambiente, no valor de R\$ 11 milhões. O relator da matéria, senador Tião Viana (PT-AC), disse que os recursos são importantes para a Amazônia. De acordo com seu parecer, os recursos serão aplicados no Programa Amazônia Solidária, que tem por objetivo implementar a comercialização da safra de borracha nativa e produtos extrativistas.

A comissão aprovou ainda crédito suplementar no valor de R\$ 1,16 milhão para a empresa Companhia Docas do Rio de Janeiro. Os recursos serão aplicados na ampliação da rede elétrica no porto do Rio, cujas obras não puderam ser concluídas em 1998.

Os parlamentares da comissão decidiram retirar da pauta de votações o relatório referente à construção do novo edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A obra, de acordo com o relator, deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), foi apontada no relatório do comitê técnico de auxílio ao Congresso, do Tribunal de Contas da União (TCU), como apresentando indícios de irregularidade.

O deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), um dos primeiros a pedir a retirada da matéria de pauta, disse que seria um "constrangimento" para a comissão aprovar esse tipo de despesa, num momento em que o país enfrenta dificuldades financeiras e faz cortes no Orçamento. O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) também pediu o adiamento da votação da matéria.

Senado apreciou 15 matérias nesta semana

Plenário aprovou, entre outras, emenda constitucional que fortalece o trabalho das CPIs. As comissões permanentes também trabalharam muito, inclusive com a realização de várias audiências públicas

O plenário do Senado apreciou 15 matérias nesta semana (de 4 a 7 de outubro), inclusive a proposta de emenda constitucional de fortalecimento das comissões parlamentares de inquérito cujo texto confere às CPIs, de forma explícita, os poderes de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas investigadas, bem como de busca e apreensão de documentos.

Aprovada em primeiro turno, a emenda voltará à Ordem do Dia. Da mesma forma, será submetido a turno suplementar projeto de alteração da CLT permitindo o desdobramento das férias em até três períodos.

Foi encaminhado à promulgação projeto que simplifica os procedimentos nas licitações internacionais e na dispensa de licitação; o que facilita o aval a pequenos e miniprodutores rurais e a micro e pequenas empresas; e autorização de empréstimo para a prefeitura de São Francisco de Paula (MG).

Já o projeto que permite a recondução dos procuradores-gerais das Justiças do Trabalho e Militar será enviado à Câmara. Três alterações na CLT (*ver matéria abaixo*) irão à sanção presidencial.

Além dessas matérias, também foram aprovadas pelo plenário, nesta semana, as indicações de Fátima Nancy Andrighi e Domingos Fanciulli Netto para o Superior Tribu-

nal de Justiça, duas concessões de rádio e a inclusão de portos no Plano Nacional de Viação.

COMISSÕES

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) autorizou o refinanciamento da dívida do Piauí e a contratação de empréstimo de US\$ 44 milhões do Banco Mundial para o Projeto de Proteção da Saúde das Plantas e dos Animais do Ministério da Agricultura. Também decidiu convidar o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Andrea Calabi, para prestar esclarecimentos sobre a política de financiamento da instituição.

Já a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou a indicação do embaixador do Brasil na Itália, Paulo Tarso Flecha de Lima, para representar o país também junto à Albânia, e, ainda, as alterações realizadas no Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sabatinou o general-de-exército José Luiz Lopes da Silva, indicado para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM).

Foi instalada a Subcomissão Permanente do Idoso na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que também aprovou a instituição do Dia Nacional da Doação de Órgãos, a ser comemorado em 27 de setem-

bro, e projeto dando acesso gratuito para maiores de 60 anos a parques nacionais, museus e locais de conservação ambiental mantidos pelo poder público.

AUDIÊNCIAS

Ao lado do trabalho normal das comissões técnicas, a semana registrou também a realização de audiências públicas para ajudar na formação de opinião dos membros das comissões sobre temas polêmicos.

A Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza debateu a situação no campo com o ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann, enquanto o ministro da Educação, Paulo Renato, falou sobre a falta de vagas nas escolas perante a Comissão Mista de Orçamento.

Em reunião conjunta, as comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Fiscalização e Controle ouviram os presidentes da Eletrobrás, Firmino Sampaio; da Eletronorte, José Antonio Muniz Lopes, e o secretário da Federação Nacional dos Urbanitários, Mauro Martinelli, sobre a privatização da Eletronorte.

A violência na TV foi o tema da audiência pública da Subcomissão de Rádio e TV com os presidentes da TV Cultura de São Paulo, Jorge da Cunha Lima, e da TVE do Rio de Janeiro, Mauro Garcia.

Matérias apreciadas pelo Senado

(de 4 a 7 de outubro de 1999)

Emenda constitucional aprovada em 1º turno	1
Projetos aprovados e enviados à sanção	4
Projetos aprovados e enviados à promulgação	6
Indicações de autoridades	2
Projetos aprovados e enviados à Câmara	1
Total de matérias aprovadas	14
Propostas enviadas ao Arquivo	1
Total de matérias apreciadas	15

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

Prefeitura mineira poderá fazer um empréstimo de R\$ 242 mil

A prefeitura de São Francisco de Paula, em Minas Gerais, poderá contratar empréstimo de R\$ 242 mil, destinados ao financiamento de estudos, projetos técnicos, execução de obras e construção de galpões industriais. Projeto de resolução nesse sentido foi aprovado ontem pelo plenário do Senado e vai agora à promulgação.

Ao apoiar o pedido de emprésti-

mo, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), destacou a manifestação do Banco Central de que o município tem baixo nível de endividamento e as condições da operação são favoráveis. Os recursos provêm do Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb), administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Falta para comparecer em juízo deverá ser abonada

O plenário do Senado aprovou ontem dois projetos de lei da Câmara que alteram dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O primeiro permite ao empregado faltar ao serviço, pelo tempo necessário, quando tiver de



Relatora, Emilia Fernandes apresentou emenda ao projeto

na falta de junta local, será competente aquela em que o empregado tenha domicílio ou a localidade mais próxima. Para entrar em vigor, os dois projetos só dependem agora da sanção do presidente da República.

A proposta do deputado Luís Carlos Santos permitindo que o empregado falte ao serviço para comparecer a juízo foi aprovada nos termos de substitutivo da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), apresentado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Emilia observou que a proposição inova ao estabelecer que o trabalhador não terá

falta computada não somente para comparecer como testemunha, o que é previsto no Código de Processo Civil, ou como parte na Justiça do Trabalho –segundo súmula do Tribunal Superior do Trabalho –, “mas também para depor ou prestar qualquer outro serviço à Justiça”.

Já o projeto do deputado Carlos Cardinal alterando a competência das juntas de conciliação e julgamento recebeu aprovação do plenário com emenda da relatora Emilia Fernandes e subemenda de redação do senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

Os relatores observam que o projeto mantém o princípio geral de que será competente para julgar os dissídios individuais a junta de conciliação e julgamento do local onde se situar a agência ou filial da empresa a que estiver vinculado o empregado. A exceção é feita apenas para os agentes ou viajantes comerciais, já que, em muitos casos, esses trabalhadores não moram na cidade-sede da empresa ou de suas filiais ou agências.

Maria do Carmo: combate à pobreza com medidas simples

Não será com projetos milionários que o Brasil erradicará sua pobreza, mas sim com “soluções simples, coerentes e racionais” e que quase sempre são baratas, defendeu em plenário a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). Ela citou como exemplo de iniciativa que gera renda e emprego para pessoas pobres a Rede Ceape (Centros de Apoio aos Pequenos



Maria do Carmo citou como exemplo a Rede Ceape, que gera renda e emprego

Empreendimentos), hoje espalhada em 145 cidades brasileiras.

Maria do Carmo explicou que a Rede Ceape, uma entidade não-governamental, financiou no ano passado 19 mil empreendedores e, neste ano, o número já passa de 44 mil. No Ceape de Sergipe, com apenas R\$ 11,8 milhões foi possível gerar mais de quatro mil empregos diretos desde 1992, empregando no máximo R\$ 6 mil a quem tem negócio próprio há pelo menos seis meses e desfrute de nome limpo na praça. O objetivo é financiar, sem burocracia, pessoas que têm profissão e necessitam comprar equipamentos para trabalhar.

Para ela, os pequenos empreendedores devem ter prioridade em qualquer programa de combate à pobreza, uma vez que 40% da economia do país está na informalidade. A senadora lembrou que as micro e pequenas empresas representam mais de 90% dos estabelecimentos comerciais e industriais do país, gerando mais de 60% do faturamento nacional.

Citando números apresentados por Osires Lopes Filho, ex-secretário da Receita Federal, Maria do Carmo disse que existem apenas 15 mil empresas de sociedade anônima no Brasil, contra um total de 4,5 milhões de pequenos estabelecimentos. Por serem grandes, as S/A têm toda facilidade para obter financiamentos, enquanto as micro e pequenas empresas e pessoas que podem se tornar empreendedoras não têm acesso ao crédito. “Há uma verdadeira inversão de ótica. Quem pode gerar renda e emprego acaba ficando de fora”, observou. Por isso, conforme a senadora sergipana, a Rede Ceape tem obtido tanto sucesso.

Sessão vai homenagear os Diários Associados

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) para que a primeira parte da sessão do dia 28 próximo seja dedicada a comemorar o 75º aniversário dos Diários Associa-

dos, grupo de empresas de comunicação fundado pelo jornalista Assis Chateaubriand.

Em sua justificativa, Arruda lembra que os Diários Associados tornaram-se símbolo da resistência e luta pela

democracia no Brasil, mantendo os ideais de liberdade e justiça, e informando seus leitores por meio dos vários veículos que compõem o grupo, em todos os momentos importantes do país.



Comissão discute alternativas contra miséria

Um plano para reter trabalhadores rurais no interior do Piauí, um mecanismo alternativo de financiamento para microempresários e um relato sobre os programas sociais do governo federal foram

os assuntos tratados na audiência pública promovida ontem à tarde pela Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza. As experiências demonstraram que enfrentar a pobreza em um país grande e complexo como o Brasil é difícil, mas não impossível.

Alberto Silva expõe idéia para manter lavrador no campo

A Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza iniciou os trabalhos ontem ouvindo o senador Alberto Silva (PMDB-PI) sobre a experiência por ele realizada, como governador do Piauí, para manter o lavrador no campo durante a seca. Na exposição, o senador também exibiu o documentário *Redenção da Seca*, sobre idéia que ele concebeu para captar e armazenar a água da chuva no semi-árido.

O parlamentar contou que, no governo Sarney, quando estavam sendo liberados recursos para frentes de trabalho contra a seca, ele decidiu que os lavradores piauienses não sairiam do campo. Pediu então ao presidente da República que permitisse ao Banco do Brasil liberar meio salário mínimo mensal para cada agricultor cadastrado no estado, a fim de que ele ficasse no campo plantando a roça do ano seguinte.

Conforme Alberto Silva, concedidos com dois anos de carência e prazo de quatro anos para pagamento, esses empréstimos foram pagos, registrando-se apenas 10% de inadimplência. Ele definiu esse fato como "um milagre, que não acontece com empréstimos do Banco do Brasil, muito menos na zona rural".

Debatedor relata sistema de concessão de microcrédito

Representante da Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendedores (Fenape), o professor Valdir de Araújo Dantas informou à Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza que várias organizações não-governamentais (ONGs) estão propiciando microcréditos a pequenos empresários, às vezes no valor de R\$ 500,00, como acontece em alguns estados do Nordeste.

Ele disse que a Fenape trabalha com a rede do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (Ceape), que consiste em 13 ONGs, situadas em 12 estados e no Distrito Federal, executando um programa de microcrédito para apoiar os microempreendimentos familiares.

Conforme explicou, esse é um programa de geração de emprego e renda que oferece, além de crédito, orientação gerencial para que o pequeno empresário organize seu negócio. Também disse que o trabalho dessas ONGs tem causado significativo impacto na melhoria das condições de vida de famílias sem renda.



Alberto Silva também apresentou seu plano para captar e armazenar água da chuva

Na exibição do documentário, Alberto Silva mostrou que, aproveitando-se um minério muito comum no Piauí, chamado vermiculita, é possível reter água da chuva, uma vez que ele absorve cinco vezes o seu peso em água. O senador afirmou que, com 30 milímetros de chuva, o piauiense pode plantar feijão e arroz, sem perder a lavoura. No filme, ele também mostrou que a Embrapa está realizando com sucesso experiência agrícola baseada em sua idéia de enterrar vermiculita junto com adubo, para nutrir a planta e garantir a umidade da terra.



Valdir Dantas provocou surpresa ao informar que ONGs cobram 5% ao mês por empréstimo

Quando informou que a Fenape está cobrando juros de 5% ao mês, Valdir Dantas surpreendeu os parlamentares integrantes da comissão. Mas explicou que, não tendo crédito na rede bancária oficial, o pequeno empreendedor só dispõe do agiota, que cobra entre 15% e 20% ao mês, ou do fornecedor, que cobra de 8% a 10%. Ele afirmou que "essa é uma realidade do mundo todo".

Tráfico concorre com programas sociais, afirma secretária

Secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência, a professora Wanda Engel disse à Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza que o tráfico de drogas é hoje o grande concorrente dos programas sociais. Conforme explicou, em busca de rendimentos, há até mesmo crianças de 11 anos envolvidas nessa atividade criminosa.

Utilizando gráficos, ela expôs para os integrantes da comissão os programas que o governo vem desenvolvendo para combater a pobreza e a exclusão social. Há nove meses nessa Secretaria, que substituiu a LBA, ela informou que, no seu segundo governo, o presidente Fernando Henrique Cardoso elevou esse organismo à condição de secretaria de Estado, com a função de lutar para promover a ascensão das famílias mais pobres.

"A missão básica da Secretaria é a mesma da Comissão da Pobreza. Temos a função árdua de reverter um processo de exclusão num dos países de pior distribuição de renda do mundo", afirmou. Em sua opinião, o aumento do desemprego no mundo repercute na crise social brasileira, exigindo, como falou o próprio presidente da República, "urgência, convergência e competência".

Ela sustentou que, se as famílias pobres não tiverem um programa de promoção ficarão eternamente clientes de programas redistributivistas. E defendeu um conjunto de programas organicamente estruturados, para que o país enfrente o problema como um todo. Wanda Engel acrescentou que a família deve ser o foco dessa promoção.



Segundo Wanda Engel, o Brasil é um dos países de pior distribuição de renda do mundo



As dificuldades enfrentadas rumo à erradicação da pobreza foram a tônica das manifestações feitas ontem pelos parlamentares

Maguito e Suplicy defendem visita de Malan a áreas pobres

Presidente da Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) anunciou ontem que ainda está aguardando resposta do ministro da Fazenda, Pedro Malan, a convite feito pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para uma visita, a partir da próxima segunda-feira, a cidades de Pernambuco, Alagoas e Ceará que se encontram em grave situação de pobreza.

Maguito Vilela disse considerar importante que o ministro aceite o convite, pois seria a oportunidade de Malan conhecer, por exemplo, São José da Tapera (AL), cidade que apresenta o maior índice de mortalidade infantil no país. "Acho que todos os ministros da área econômica deviam conhecer essas cidades", afirmou Maguito.

Suplicy reconheceu que a agenda do ministro o deixa muito ocupado, mas observou que, como a visita a Alagoas será no dia 12, um feriado, Malan poderia aproveitar essa oportunidade, e até levar sua esposa, que trabalha na promoção de famílias de baixa renda. Ele considerou que, como principal autoridade econômica do país, Malan deve, tanto quanto a Comissão para a Erradicação da Pobreza, estar interessado na solução desse problema.

RENDA MÍNIMA

Suplicy quis saber da secretária de Assistência Social Wanda Engel em que medida os ministros do Trabalho, da Previdência e da Educação têm dialogado com ela sobre os problemas sociais do país, já que existem, espalhados por diversos ministérios, 30 programas visando ao atendimento da criança carente.

Suplicy também questionou as razões que levam o governo a oferecer, para tirar uma criança do trabalho

numa carvoaria, uma cifra diferente daquela disponível para tirar meninos de outras frentes de trabalho. E se disse convencido de que o mundo chegará, no próximo século, a adotar uma renda básica universal para as pessoas sem condições de sobrevivência.

SIMPLICIDADE

O senador Roberto Saturnino (PSBRJ) louvou as idéias que tentam combater a miséria de forma simples. Ele afirmou que a tecnologia sofisticada nem sempre é a mais conveniente para fazer a promoção social, observando que soluções baratas muitas vezes são mais eficazes. Também disse que o Brasil se desenvolveu criando uma enorme concentração de renda, daí por que a atual geração tem o dever de resolver o problema social.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) preconizou para a solução desse problema que o governo abrace três propostas: a agricultura familiar, a construção de moradia popular em forma de mutirão e a concessão de microcrédito a pequenos empreendedores. Ele observou que, em Bangladesh, resolveu-se o problema de milhares de cidadãos que, partindo do zero, conseguiram fixar-se numa atividade para sobreviver.

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) pregou a necessidade de o governo adotar uma agenda social que abranja um período de 10 ou 20 anos. Ela observou que a LBA tinha seus defeitos, mas também uma estrutura que foi toda abandonada em favor do programa Comunidade Solidária.

Maria do Carmo apontou o risco de adotar-se uma agenda social que dure apenas três anos e que leve o país a começar novamente do zero. Em sua opinião, 10 anos é um prazo razoável para o Brasil erradicar a pobreza.

Viana repudia atitude do presidente da Eletrobrás

Ao registrar da tribuna a realização de audiência pública conjunta das comissões de Serviços de Infra-Estrutura e Fiscalização e Controle na última segunda-feira, o senador Tião Viana (PT-AC) lamentou "a atitude de ironia, de um certo sarcasmo, do presidente da Eletrobrás, Firmino Sampaio". Na sua opinião, o dirigente da estatal teria sido "desrespeitoso" com o estado do



Segundo Viana, Firmino foi "desrespeitoso" em relação ao Acre

Acre, demonstrando "falta de visão estratégica em relação à Amazônia, que pode colocar o Brasil na condição de país de Primeiro Mundo".

As comissões ouviram, além de Firmino, o presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, e o secretário da Federação Nacional dos Urbanitários, Mauro Martinelli, a respeito da intenção do governo de cindir a Eletronorte e promover a privatização da sua parte mais rentável, a usina hidrelétrica de Tucuruí, informou o senador.

A audiência "teve grande representatividade", tendo contado com a participação do líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), e do líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), acrescentou. Infelizmente, disse Viana, as preocupações dos acreanos com a cisão foram tratadas com descaso pelo presidente da Eletrobrás.

Para Tião Viana, o problema de abas-

tecimento de energia elétrica na Amazônia exige um tratamento especial, que não se atenha às imposições de uma relação custo/benefício empresarial, dadas a dispersão das populações locais e a precariedade das condições de infra-estrutura. Quanto à privatização da usina hidrelétrica, o senador disse que o presidente da Eletrobrás não conseguiu explicar as razões

do governo para tal decisão.

Em aparte, Ademir Andrade (PSB-PA), para quem os parlamentares da Amazônia não devem aceitar a cisão da Eletronorte nem a privatização de Tucuruí, disse que as propostas do governo em relação à hidrelétrica não têm ética alguma, além de serem irresponsáveis em relação à Amazônia. Na opinião do senador, as indústrias eletrointensivas da região — Albrás e Alunorte, no Pará, e Alumar, no Maranhão — foram as grandes beneficiárias de Tucuruí e, visto que os subsídios a elas concedidos cessarão em 2004, elas deveriam ter assumido a segunda etapa da construção de Tucuruí. Para surpresa do senador, o governo assumiu a construção com recursos do Tesouro Nacional (R\$ 1,2 bilhão), já gastou cerca de R\$ 6 bilhões na etapa inicial e pretende vender Tucuruí à iniciativa privada por R\$ 1 bilhão.

Subcomissão do Cinema faz primeira audiência pública

A Subcomissão do Cinema Brasileiro, da Comissão de Educação, realiza hoje, a partir das 9h, a primeira audiência pública para analisar a situação do cinema nacional. O anúncio foi feito, em discurso no plenário, pelo relator da subcomissão, senador Francelino Pereira (PFL-MG), que chamou a atenção para a importância

do encontro, onde vão estar presentes cineastas e estudiosos do setor. Francelino explicou que esta será a primeira de várias reuniões que têm como objetivo fazer um levantamento dos diversos segmentos da indústria cinematográfica, passando pela produção, distribuição e pelo esquema de exibição.

— Promoveremos o intercâmbio de idéias entre segmentos diferentes da atividade cinematográfica, uma troca aberta de ponderações, visando à identificação e ao equacionamento dos problemas — declarou o senador.

Estarão presentes na reunião a empresária da área de exibição Adriana Rattes, o cineasta Roberto Farias, o

diretor Nelson Pereira dos Santos, a professora de cinema da Universidade de São Paulo (USP) Maria Dora Mourão, o cineasta e coordenador da página Cinebrasil na Internet, Marcos Manhães Marins, e o cineasta e estudioso Gustavo Dahl.

O senador comunicou também que em nova rodada de discussão, marcada para a próxima quinta-feira, será ouvido o professor José Álvaro Moisés, titular da Secretaria de Audiovisual da Comissão Nacional do Cinema do Ministério da Cultura. "Estaremos dando prosseguimento na atuação das três frentes a que nos propusemos: junto ao povo do cinema, junto aos agentes do Poder Executivo e junto aos investidores do setor", disse Francelino.

A reunião de hoje, que deverá estender-se até as primeiras horas da tarde, será presidida pelo senador José Fogaça (PMDB-RS). A intenção dos membros da subcomissão, segundo as informações do senador, é concluir os trabalhos até dezembro.



Francelino: troca de idéias para identificar e equacionar os problemas

Patrocínio protesta contra paralisação da Norte-Sul

Senador diz que ferrovia tem importância fundamental no escoamento da produção agrícola do interior do Brasil

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) lamentou ontem a paralisação da construção da ferrovia Norte-Sul, afirmando que o empreendimento seria uma ferramenta fundamental para o escoamento da produção agrícola do interior do país e para a diminuição das desigualdades regionais hoje existentes no Brasil.

Citando relatório da Associação dos Produtores Norte-Americanos de Soja, de 1988, época do lançamento da idéia de se construir a ferrovia, Patrocínio disse que interesses dos Estados Unidos tiveram influência na descontinuidade da obra.

— O estudo deixa claro que, se o Brasil construir uma ferrovia na região Centro-Oeste, nosso produto terá mais chance no Hemisfério Norte do que o dos Estados Unidos — afirmou o senador pelo Tocantins.

Carlos Patrocínio defendeu também

o reinício das obras da hidrovía Araguaia-Tocantins, embargadas por decisão judicial.

Para ele, a estagnação dos dois empreendimentos prejudica enormemente a produção e a exportação nacionais e acentua as disparidades regionais, impedindo o refluxo do movimento migratório.

Patrocínio observou com preocupação que mais de 70% do transporte de alimentos no Brasil são feitos atualmente por rodovias. Essa situação, na opinião do parlamentar, inverte completamente a lógica econômica do custo-benefício.

— A cada dez toneladas de carga, mais de seis são transportadas por



Carlos Patrocínio também pediu a retomada das obras de hidrovía

rodovia; duas, por ferrovias; uma, por meio aquaviário. Com um litro de óleo diesel, transporta-se uma tonelada por 25 quilômetros de rodovia, e, com igual quantidade de combustível, transporta-se a mesma carga por 84 quilômetros de ferrovia.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) defendeu a associação entre os sistemas hidroviário e ferroviário. "Isso certamente permitirá aos estados da região Centro-Oeste condições de igualdade na tentativa de colocarem seus produtos em quaisquer mercados. É uma necessidade nacional a mudança de matriz do transporte brasileiro", disse ele.

Valadares questiona decisão de iniciar obras de transposição do São Francisco

O rio São Francisco está morrendo e o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, precisa explicar aos parlamentares, especialmente aos das bancadas de Alagoas, Sergipe e Bahia, se o projeto de transposição das águas do rio está devidamente amparado por estudos técnicos. O comentário foi feito ontem pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a propósito de notícia, publicada em jornal de seu estado, de que as obras poderiam começar já no primeiro semestre de 2000.

Ele afirmou que a notícia dava conta de que os governadores dos quatro estados beneficiados pelas obras — Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco — teriam aprovado o projeto do governo federal. "E os governadores de



Valadares cobra explicações do ministro Fernando Bezerra

Alagoas, Sergipe e Bahia, estados que, à primeira vista, serão os mais prejudicados, eles foram ouvidos?", questionou.

Para debater questões como a necessidade de promover, antes da transposição, a interligação da bacia do São Francisco à do Tocantins, o senador ressaltou a importância de o ministro comparecer à reunião conjunta das comissões de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Infra-Estrutura. Para Valadares, é compreensível que, sendo do Rio Grande do Norte, o ministro tenha interesse político na transposição imediata. No entanto, advertiu, esse interesse não pode ser privilegiado em prejuízo dos outros estados.

Em aparte, Maria do Carmo (PFL-SE) concordou com Valadares e manifestou

a expectativa de que estudos sobre a interligação de bacias fluviais não sejam prejudicados por interesse político. Para ela, o projeto carece de clareza e de estudos sobre o impacto ambiental das hidrelétricas já construídas e das obras de transposição.

Heloísa Helena (PT-AL), autora do requerimento de convocação do ministro da Integração Nacional, relatou que, quando procurado por parlamentares de Alagoas e Sergipe, Bezerra afirmou, ao assumir o cargo, que, como engenheiro, não poderia aprovar a obra de transposição sem considerar antes um projeto de revitalização do rio. Estranhando que o ministro tenha aprovado o projeto de transposição, a senadora informou que há outras áreas do governo federal, como a Secretaria de Recursos Hídricos, que devem ser ouvidas. "A forma como a questão está conduzida pode resultar em mais uma obra inacabada no Nordeste", alertou.

Cabral elogia trabalho de escolas técnicas

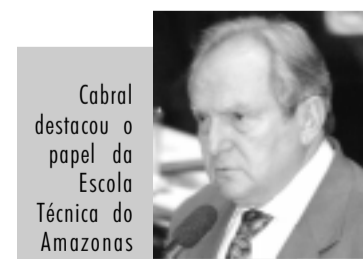
As escolas técnicas federais têm servido ao aprimoramento da qualificação profissional do trabalhador, além de propiciar uma educação de qualidade, disse o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) ao comemorar os 90 anos de criação daquelas instituições de ensino.

Para o senador, as escolas técnicas federais deram certo e corresponderam às expectativas do mercado de trabalho ao longo de décadas de funcionamento. Segundo ele, essas unidades de ensino sempre acompanharam as mudanças

tecnológicas e tiveram ativa participação no desenvolvimento nacional.

Cabral destacou o trabalho colocado em prática pela Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM), onde são ministrados cursos de meio ambiente, segurança do trabalho, processamento de dados, química, eletrotécnica, mecânica e edificações.

Além do 2º grau, é oferecido um curso pós-médio para os alunos que necessitam de formação ou aperfeiçoamento profissional, informou Cabral,



Cabral destacou o papel da Escola Técnica do Amazonas

para quem a escola cumpre a sua missão estatutária de ministrar "cursos de qualidade, formando cidadãos críticos e competentes".

Requião pede à Receita informações sobre Abril

Senador identifica “sinais claros de sonegação” do presidente do grupo, Roberto Civita, que escriturou imóvel de quase mil metros quadrados por apenas R\$ 390 mil, e deseja saber origem dos recursos enviados ao exterior por suas empresas

Ademir quer Ver-o-Peso como patrimônio da humanidade

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu ontem a indicação do Complexo Ver-o-Peso, localizado em Belém (PA), à condição de patrimônio da humanidade. Ele informou que marcará uma audiência com o ministro da Cultura, Francisco Weffort, junto com outros parlamentares do estado, para reforçar o pedido



Ademir Andrade discutirá o tema com Francisco Weffort

formal feito pela prefeitura municipal da capital do Pará, de incluir o complexo na lista anual que o Brasil prepara para o Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco.

Na avaliação do senador, o Ver-o-Peso preenche todos os requisitos exigidos pela Unesco para seu reconhecimento como patrimônio universal. Ademir Andrade ressaltou que o complexo é credenciado principalmente por dois dos critérios mais relevantes exigidos, que são o da autenticidade e o da representatividade

de do monumento.

– Mais do que isso, com a restauração que está sendo implementada, as chances de êxito na candidatura crescem ainda mais. A prefeitura chegou a realizar concurso público para intervenção urbanística no local, ao mesmo tempo em que comunica dispor de R\$ 600 mil para fins de investimen-

to. São recursos oriundos do orçamento participativo – acrescentou Ademir Andrade.

Por outro lado, o senador pelo Pará lamentou que o pedido feito pela prefeitura de Belém ainda não tenha sido efetivado pelo Ministério da Cultura. Ele informou que, como as solicitações são muitas, existe a suspeita de que a inclusão na lista que o país encaminha para a Unesco algumas vezes sofra interferência de lobbies políticos, em detrimento de critérios técnico-culturais.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) informou ontem, em discurso no plenário, que apresentará requerimento à Receita Federal pedindo informações sobre o Grupo Abril. O senador deseja saber a origem dos recursos enviados ao exterior por empresas do grupo, via contas CC-5, e por qual motivo o grupo empresarial estava utilizando



Roberto Requião defende direito de resposta mais ágil

essas contas. Deseja saber ainda se essas riquezas foram tributadas.

Requião afirmou ainda que o presidente do Grupo Abril, Roberto Civita, escriturou um imóvel de quase mil metros

quadrados em seu próprio nome – o apartamento de número 11 do Edifício Fábio Prado na Rua Escócia 253, em São Paulo, capital – pelo valor de R\$ 390 mil.

– Nenhum apartamento naquele edifício foi vendido por menos de R\$ 1,8 milhão, nem na planta. Civita pagou R\$ 2,5 milhões por aquele apartamento. Há sinais claros de sonegação – afirmou o senador.

Citando reportagem publicada na revista *Veja* em que sua esposa foi acusada de comprar dólares de maneira ilegal, o senador defendeu a necessidade

de uma legislação mais ágil que garanta o direito de resposta. Destacou que a Lei de Imprensa existente hoje “remonta à ditadura”. Disse ter “comprado a briga com o Grupo Abril” e que a enfrentará “como uma cruzada, uma guerra santa”. E afirmou não ter aceito conselhos para parar com as denúncias.

– Quando agridem a mim, agridem aos paranaenses que me deram seus votos. Não tenho o que temer, minha vida é límpida. Ouro puro não teme fogo – citou, dizendo tratar-se de um ditado chinês.

Diversas vezes o senador destacou não estar propondo a censura à imprensa e, sim, um instrumento de defesa da honra e da cidadania.

Pronunciamento tem o apoio de oito senadores

Oito senadores fizeram apartes apoiando o discurso do senador Roberto Requião (PMDB-PR), no qual este anunciou que apresentará requerimento à Receita Federal pedindo informações sobre o Grupo Abril. O senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse ter aconselhado Requião, “como amigo”, a parar com os ataques contra a revista *Veja*, e destacou o trabalho sério desenvolvido pelo senador no governo do Paraná.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que, muitas vezes, ao ler reportagens acusando políticos e ao ouvir a defesa dos parlamentares “ficamos sem saber quem tem razão”. Mas afirmou que Requião apresenta “a indignação do inocente”. A senadora Marina Silva (PT-AC) concordou, dizendo que “a expressão de indignação do inocente” estava estampada no rosto de Requião na foto publicada pelo

Jornal do Senado quando o senador fez o primeiro discurso sobre o assunto. Para a senadora, Requião demonstra muita coragem ao afirmar que não fará acordo com o Grupo Abril.

– Essa coragem tem base na inocência. Nos podem tirar tudo, menos a nossa ética – afirmou.

O senador Tião Viana (PT-AC) expressou admiração e respeito por Roberto Requião, a quem disse considerar como uma referência. Viana disse ter sido vítima, em 1994, da publicação de reportagem caluniosa, informando que até hoje o processo não foi concluído.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que os homens públicos “estão numa vitrine”, mas defendeu a necessidade de uma lei garantir o direito a esclarecimento.

– Requião é um homem íntegro, até

seus inimigos reconhecem isso – afirmou, lembrando que as pessoas acusadas precisam ser ouvidas nas reportagens.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que a própria vida de Requião é a sua defesa e destacou a importância de trazer-se o assunto à tona, por instigar o debate no Congresso Nacional. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) expressou sua solidariedade, destacando o comportamento exemplar de Requião.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse que Roberto Requião é um exemplo de como as pessoas não podem perder a capacidade de indignação. Tanto Requião quanto Pedro Simon destacaram a importância da TV Senado para divulgar as respostas a reportagens consideradas por eles incorretas.

Aprovado voto de pesar pela morte de jornalista no Rio

O plenário aprovou ontem a inserção, em ata, de voto de pesar pela morte do jornalista Ricardo Bueno, ocorrida no Rio de Janeiro, no último dia 4. O Senado vai apresentar as condolências aos familiares do jornalista, conforme requerimento do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

Saturnino informou que Ricardo Bueno era especializado em economia, mas atuou em diferentes editorias, tendo trabalhado nos principais jornais e revistas do país.

– Ele era um brilhante jornalista, detentor de uma extensa folha de serviços prestados à área da comunicação e vai fazer muita falta – afirmou.

O senador contou que o jornalista, ultimamente, trabalhava no programa de rádio *Faixa Livre*, que, segundo Saturnino, detém uma audiência considerável na capital fluminense. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) associou-se à manifestação de pesar.

Silva Júnior vê incentivo às microempresas como uma arma contra o desemprego

O senador José Carlos da Silva Júnior (PMDB-PB) definiu como um momento auspicioso para a geração de empregos o anúncio do governo de facilidades no acesso ao crédito para as micro, pequenas e médias empresas e a sanção da lei que cria o novo Estatuto da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Medidas como a redução de juros e impostos, dilatação de prazos para renegociação de dívidas e possibilidade de acesso a novo crédito por parte dos inadimplentes foram enaltecidas pelo senador como ações eficientes de combate ao desemprego. A sanção do novo estatuto foi interpretada por Silva Júnior como uma medida importante que vai favorecer a criação de outras empresas e o crescimento das já existentes.

– Como vimos, os fatos conspiram em favor da retomada das atividades produtivas e contra o fantasma do

desemprego e da estagnação – completou.

CAMPINA GRANDE

O senador Silva Júnior aproveitou a oportunidade para lembrar a passagem dos 135 anos de emancipação política de Campina Grande, na Paraíba, ocorrida em 11 de outubro de 1864, e para chamar a atenção das autoridades para a falta de abastecimento de água na cidade. Fundada por colonizadores em 1697, Campina Grande conseguiu um rápido desenvolvimento com a chegada do primeiro trem no início deste século, lembrou o senador, mas hoje depende do início de obras para sustentar as atividades econômicas e garantir o abastecimento de água para mais



Silva Júnior confia na retomada das atividades produtivas

de um milhão de pessoas que vivem entre o agreste e o sertão da Paraíba.

Silva Júnior lembrou os versos em homenagem à cidade, escritos pelo poeta e senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), licenciado para tratamento de saúde, e disse que gostaria também, naquele momento, de cantar as virtudes de Campina Grande, mas observou

que a situação atual “nos faz temer pelo futuro”.

Para finalizar, o senador registrou também o aniversário de 28 anos de fundação do *Jornal da Paraíba*, criado em 1971 pelo empresário Júlio Costa, e que passou a ocupar lugar de destaque na imprensa do estado.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – Senado em Pauta
7h – Saúde Todo Dia – Spinning bike
7h30 – Especial Unip – Estação Carandiru
7h55 – Senado em Pauta
8h – Jornal do Senado
8h25 – Senado em Pauta
8h30 – Entrevista – Senador Roberto Saturnino fala sobre revitalização da indústria naval
8h55 – Senado em Pauta
9h – Sessão Plenária (ao vivo)

Logo após – Subcomissão de Cinema (gravada)
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)
Logo após – Comissão de Orçamento (gravada)
21h – Jornal do Senado
21h25 – Senado em Pauta
21h30 – Consulta Marcada – A ginecologista Rosaly Rulli Costa fala sobre o diagnóstico e tratamento do climatério e da menopausa
22h30 – Síntese – Meio ambiente
23h30 – Filme – Os Inconfidentes (direção: Joaquim Pedro de Andrade).

Jader creditou ao trabalho da CPI dos Bancos as medidas anunciadas



Jader elogia medidas do governo para superar déficit

O líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA), elogiou ontem a decisão do governo de aumentar a carga tributária das empresas e cortar despesas com custeio e investimentos para cobrir o rombo da Previdência Social, orçado em R\$ 19 bilhões, em vez de insistir em taxar mais os servidores públicos ativos e inativos:

— Foi o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, quem sugeriu a maior parte das medidas, que, além de arrecadar o que o governo precisa, irão diminuir a elisão fiscal do sistema financeiro e disciplinar o envio de remessas ao exterior. Festejo o fato de a CPI dos Bancos já ter proporcionado resultados importantes para o país, ao decidir convocar Everardo — argumentou Jader.

Para o senador pelo Pará, a administração pública terá que enfrentar o déficit previdenciário que é da União, estados e municípios. “Mas será preciso explicar bem à sociedade a natureza estrutural do déficit e encontrar soluções permanentes. Será indispensável discutir o problema com a oposição também, para que a solução seja da sociedade, não apenas do governo”, observou.

Jader Barbalho relatou que na reunião de segunda-feira do presidente Fernando Henrique Cardoso com ministros e lideranças dos partidos políticos o governo estava decidido a enviar ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional propondo exatamente medidas de taxaço dos servidores inativos e aumento de alíquota dos ativos, que foram consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal:

— O PMDB discordou. O líder na Câmara, Geddel Vieira Lima, e eu ponderamos que essa decisão poderia criar um impasse no Congresso e na sociedade. Essa solução era o que a equipe econômica queria, mas as lideranças políticas fizeram sentir ao presidente a inconveniência de propor o que o STF havia rejeitado por unanimidade — enfatizou.

Ao concluir seu pronunciamento, Jader Barbalho afirmou estar o PMDB sempre pronto a ajudar o governo. “O partido discordou, mas apresentou alternativas viáveis e festejo a decisão do presidente de acatá-las.”

Suplicy: Senado ainda não recebeu novo acordo com FMI

Senador pede providências à Mesa porque, segundo ele, governo não entregou cópia do ajuste firmado com o fundo após o mês de janeiro

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu providências à Mesa do Senado no sentido de que o Ministério da Fazenda e o Banco Central enviem ao Senado os novos termos do último acordo firmado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) no ano passado. Depois da desvalorização do real, em janeiro, novas metas de desempenho



Para Suplicy, aprovar acordos internacionais é atribuição do Senado

macroeconômico foram negociadas com o FMI.

Suplicy relatou que, quando estiveram no Senado, em março, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, prometeram enviar o texto do acordo revisado o mais rapidamente possível. O senador disse ter constatado, entretanto, que até

hoje nenhuma informação sobre o assunto chegou à Casa. Suplicy lembrou que o exame e a aprovação de acordos internacionais assinados pelo Brasil são atribuições constitucionais do Senado:

— Os integrantes da marcha de protesto que vem a Brasília querem uma cópia desse acordo — informou Suplicy, que pretende se encontrar com Armínio Fraga.

O vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), disse a Suplicy que tomará as providências para resguardar os direitos constitucionais do Senado.



Lando: cobiça internacional pelas reservas hídricas

Lando critica o Programa Nacional de Desestatização

Ao criticar o Programa Nacional de Desestatização (PND), o senador Amir Lando (PMDB-RO) denunciou que as avaliações técnicas sobre o patrimônio leiloado das empresas privatizadas foram feitas com preços subestimados, bem abaixo do seu valor real, levando em conta “cenários e indicadores pessimistas, num processo premeditado de dilapidação do patrimônio público”.

Segundo o senador, apesar de o PND ter envolvido, nos últimos oito anos, recursos de US\$ 70,3 bilhões, as empresas privatizadas sempre foram alvo, anteriormente aos leilões, de investimentos para sanear suas dívidas, recursos esses de vulto significativo, que não foram considerados nos cálculos para os leilões.

O problema maior, destacou Amir Lando, contudo, é que todos os esforços de arrecadação do governo mostraram-se insuficientes para o pagamento da dívida externa brasileira. Ele lembrou, ainda, que houve uma frustração generalizada na população, pois o Executivo não cumpriu sua promessa de aplicar os recursos dos leilões na melhoria de qualidade de vida do povo, muito menos em ações de saúde, educação, saneamento e segurança pública:

— Não há melhoria. Ao contrário, o desemprego e a miséria contribuíram, cada vez mais, para que as nossas ruas se transformem em verdadeiras praças de guerra. E o governo federal mostra-se nitidamente como um mero agente arrecadador de recursos, para repassá-los aos credores nacionais e internacionais — acenou o parlamentar.

Como o Brasil possui 21% da água doce do planeta, alertou o senador, as empresas multinacionais geradoras de energia elétrica seriam as maiores interessadas em adquirir as usinas. “Por detrás delas se colocam os grandes interesses internacionais”, observou Lando, acrescentando que a anunciada cisão da usina de Tucuruí parece indicar que o governo pretende transferi-la para as grandes empresas consumidoras de alumínio.

Suassuna diz que frase de Fraga sobre Minas foi mal interpretada

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou em discurso ontem a versão do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, para os comentários que fez a empresários estrangeiros sobre investimentos no Brasil, em especial em Minas Gerais. Conforme noticiado pela imprensa, Fraga teria sugerido aos investidores internacionais que não escolhessem aquele estado para fazer seus investimentos, porque o seu governo não cumpre seus compromissos financeiros.

Conforme Suassuna, Fraga explicou que, no momento da declaração, os investidores o pressionavam para que fornecesse informações sobre a situação econômica do país e dos estados. O senador acrescentou que Fraga garantiu não ter sido sua intenção denegrir a imagem de Minas Gerais e que o economista pretende se desculpar publicamente. De acordo

com o senador pela Paraíba, Armínio Fraga está abatido com a repercussão do episódio:

— Este foi um desses capítulos mal-entendidos em que a imprensa apenas pinça uma ou outra frase sem publicar o contexto. O que Fraga queria dizer é muito mais complexo e, segundo o que ele me narrou, não foi dito da forma como foi publicado — afirmou o senador, ao contar que pôde verificar pessoalmente o constrangimento do presidente do Banco Central com a situação.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou em aparte que, apesar de solidarizar-se com o sentimento do povo mineiro, tem certeza de que Fraga não agiu de forma deliberada e que não se deve superdimensionar o episódio. Para ele, é importante que não haja desgaste do presidente do Banco Central, “logo agora que a eco-



Suassuna: “Fraga está abatido e constrangido”

Porto exige pedido de desculpas

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) informou ontem que a bancada de Minas Gerais no Senado ainda está esperando esclarecimentos ou um pedido de desculpas por parte do presidente do Banco Central, Armínio Fraga. No fim de semana passado, Fraga disse a investidores que “Minas não é o Brasil”, ao responder a dúvidas sobre a segurança dos investimentos estrangeiros naquele estado:

— O presidente do Banco Central saiu do país para falar mal do seu

povo e, mesmo depois de receber carta de três senadores, não fez nenhuma declaração sobre o assunto — criticou Porto.

Respondendo ao discurso do senador Ney Suassuna, Arlindo Porto garantiu que os mineiros não estão abatidos. E convidou Suassuna a visitar Minas para testemunhar o sentimento do povo em relação “à tentativa de isolar o estado do fluxo de investimentos”:

— As palavras de Armínio Fraga

não foram meramente técnicas. Excluir Minas é excluir grande parte do Brasil. A Federação está sendo maculada — afirmou o senador.



Para Arlindo Porto, “a Federação está sendo maculada”